

Reforma da Previdência proposta não combate privilégios e vossa excelência ainda pode entrar para a história do lado certo

Sinasefe Seção Ifes alerta que, até as eleições de 2020, capixabas já terão percebido quem de fato perde com a Reforma da Previdência e darão o troco nas urnas

A proposta da Reforma da Previdência que está sendo discutida na Câmara dos Deputados Federais configura uma grande perversidade contra a população mais pobre do Brasil e gostaríamos de alertar vossa excelência sobre isso. A propaganda alardeada pelo Governo Federal e pelos defensores da medida, de que se busca combater privilégios, é uma frágil construção narrativa que desmoronará ainda antes das eleições municipais de 2020, quando os capixabas e todos os brasileiros já estarão com os olhos abertos e cientes sobre quem os abandonou no meio da jornada, caso a medida seja aprovada. No que depender deste Sindicato, os olhos de milhares de eleitores serão abertos por meio de nossa atuação nas diversas bases.

Quem se debruçou sobre o texto da reforma sabe que ela mantém os privilégios dos verdadeiros privilegiados da nação, que formam castas no Brasil, como os integrantes do Judiciário e os militares desse país. Jogar a população contra o funcionalismo público, em geral, é uma tática até antiga, com a qual já nos habituamos. Servidores do executivo, como nós, que atuamos nos Institutos Federais, como o IFES, estão na ponta do atendimento à população, e a tática de quem defende a reforma é nos culpar e retirar nossos direitos. Mas, ainda pior, é junto com esse pacote aproveitar para incluir sacrifícios injustificados a trabalhadores que estão em situação muito pior que a nossa categoria. Não falamos aqui apenas em defesa dos trabalhadores que legalmente representamos, mas também da classe trabalhadora que sacrifica quase que totalmente sua vida para manter-se e manter os seus vivos e produzir a riqueza da nação.

É importante ressaltar que os servidores públicos não possuem FGTS e dependem única e exclusivamente de suas aposentadorias para se sustentar quando já não podem trabalhar. Além disso, já pagamos alíquotas maiores que a da iniciativa privada sobre nossos salários que agora se planeja elevar para 14%, podendo aumentar de acordo com o nível salarial. É preciso lembrar que servidores também pagam imposto de renda e toda sorte de outros tributos e refletir sobre as perdas na renda que a medida trará com impactos no mercado de consumo.

Além disso, exigir uma idade mínima elevada para a aposentadoria integral desconsiderando o tempo que a pessoa pagou para se aposentar é uma covardia, em especial em funções que geram evidente desgaste acima da média em decorrência da natureza do trabalho, com jornadas extras em casa, por exemplo, como ocorre com os professores.

Apesar de algumas atenuações que a proposta recebeu por emendas de parlamentares, assim como hoje os regimes de aposentadorias (dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores da iniciativa privada) são desiguais, a Reforma da Previdência perpetuará a desigualdade, na medida em que dificultará que trabalhadores mais pobres se aposentem integralmente.

A realidade dos trabalhadores no Brasil é muito diversa. De um lado, há uma massa de milhões de cidadãos que começam a trabalhar cedo, em muitos casos na informalidade e com longos períodos desempregados, com salários baixos. De outro, há trabalhadores que conseguem cursar graduação e se inserem no mercado de trabalho mais tarde, com salários mais elevados. Tais situações serão tratadas de forma bem distinta. No primeiro caso, o trabalhador para receber o salário integral ao se aposentar terá que contribuir com 40 anos e chegar aos 65 anos, o que dificilmente ocorrerá, tendo em vista a realidade descrita acima. No segundo caso,

além de começar a trabalhar mais tarde, a sua realidade salarial pode permitir buscar alternativas, como a previdência complementar.

No cenário que temos, levando-se em consideração o foco do próprio Governo Federal na questão fiscal, seria necessário, em primeiro lugar, cobrar efetivamente as grandes empresas sonegadas do INSS que juntas devem cerca de R\$ 450 bilhões. Há ainda outras frentes políticas para elevar a arrecadação do Governo Federal como o projeto de taxação de grandes fortunas (como ocorre em diversos países) e uma auditoria responsável da dívida pública.

Portanto, tendo em vista a realidade de parte significativa dos eleitores que acreditaram em seu mandato na esperança na construção de um país mais justo e que promova oportunidades para todos os brasileiros, o Sinasefe Seção Ifes, representando sua base (que já demonstrou contrariedade quanto à proposta em assembleias e outras ações sindicais) solicita que repense seu voto para o 2º turno da votação da Reforma da Previdência. Seus eleitores não se esquecerão do seu voto, deputado, nessa importante questão para o país.

Como vossa excelência pretende entrar para a história? Como aquele que de sua posição de parlamentar eleito pelo povo contribuiu para, na prática, “enterrar” a possibilidade de o povo se aposentar em nosso país?

Atenciosamente,

Sinasesefe Seção Ifes